



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**A INCLUSÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
(APH) NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS
CURRICULARES**

RAYLLA PATRÍCIA TINOCO CORTES DE MELO

Natal/RN
2016

RAYLLA PATRÍCIA TINOCO CORTES DE MELO

**A INCLUSÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
(APH) NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS
CURRICULARES**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ma. Ivone Priscilla de Castro Ramalho.

Natal/RN

2016

**A INCLUSÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
(APH) NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS
CURRICULARES**

RAYLLA PATRÍCIA TINOCO CORTES DE MELO

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em _____ com nota _____

BANCA EXAMINADORA

Ma. Ivone Priscilla de Castro Ramalho (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dra. Jacylene Melo de Oliveira Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ma. Mônica Karina Santos Reis
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Meu mais puro e singelo agradecimento é a Deus. Pai maravilhoso e cuidadoso que sempre segurou na minha mão e me deu forças, proteção e inspiração para prosseguir sem desanimar nessa longa jornada.

Agradeço a minha família pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis. A minha mãe Patrícia Tinoco que sempre me apoiou e me encorajou a seguir a carreira acadêmica nos momentos de dificuldades. A minha irmã Raíssa Vaneza pelo apoio nas pesquisas e sempre disposta a tirar minhas dúvidas. A minha querida avó Almira Navarro por me fazer querer ser uma profissional que atue com amor, carinho e dedicação.

Ao meu amado esposo Jasson Freitas, por ser paciente e estar do meu lado nos momentos em que mais precisei me encorajando e mostrando que com Deus somos mais que vencedores.

A todas as minhas amigas de curso, passamos por muitas coisas juntas nesse período acadêmico, onde nos apoiamos, confortamos e auxiliamos umas as outras nos momentos de necessidade.

A minha orientadora Ivone Priscilla, que me norteou em todo o processo deste trabalho, dedicando seu tempo para me auxiliar desde o desenvolvimento até a conclusão, me dando palavras estimuladoras nos momentos oportunos. A todos os professores que participaram da minha vida, me ensinando a amadurecer e ser uma pessoa melhor.

“Deus nunca disse a jornada seria fácil, mas Ele disse que a chegada valeria à pena” [Max Lucado]

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo bibliográfico acerca da necessidade da inclusão de conhecimentos sobre atendimento pré-hospitalar (APH) nos cursos de pedagogia, levando a uma reflexão sobre as práticas curriculares. O presente estudo foi elaborado a partir da experiência da pesquisadora enquanto técnica em enfermagem e estudante do curso de pedagogia, o que a possibilitou notar a falta de relevância por parte dos gestores escolares e a pouca instrução do profissional educador em zelar pela saúde dos alunos em situações de risco. Neste sentido, a referida pesquisa constatou que esse déficit ocorre devido aos profissionais da área educacional não terem o conhecimento acerca dos primeiros socorros, o que indica a relevância do estudo proposto. Pensando-se nisso, a pesquisadora lançou suas próprias apostas ao propor o componente curricular sobre primeiros socorros nos cursos de pedagogia.

Palavras-chave: Atendimento pré-hospitalar. Pedagogia. Práticas Curriculares.

ABSTRACT

This article presents a bibliographic study about the need to include knowledge of prehospital care (PHC) in pedagogy courses, leading to a reflection on the curriculum practices. This study was drawn from the experience of the researcher as technical nursing and student pedagogy course, which made it possible to note the lack of relevance by the school managers and the lack of educator professional education in ensuring the health of students risk situations. In this sense, said research found that this deficit is due to professionals in the education sector do not have the knowledge of first aid, indicating the relevance of the proposed study. Thinking on that, the researcher launched their own bets in proposing curricular component on first aid in teaching courses.

Keywords: pre-hospital care. Pedagogy. Curricular practices.

INTRODUÇÃO

Durante o meu percurso no ensino médio, eu ainda não tinha certeza qual carreira eu gostaria de seguir. Sempre gostei de diversas áreas e não focar apenas em uma me fez ficar perdida na escolha. Ingressei em 2007 no curso de técnico em enfermagem e me formei em 2009, e durante esses dois anos, eu vivi momentos cruciais, desde nascimentos, assistência aos necessitados e mortes.

Entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2012.2 no curso de pedagogia e posso garantir que foi a melhor escolha da minha vida. Conhecer sobre a cognição infantil, processos de aprendizagem, a história da pedagogia e seus avanços, me fez ver o quão linda é essa profissão. Com o passar das disciplinas e semestres, eu notei que em nenhum momento foi citado à preparação do professor perante um momento de risco de vida com o aluno.

Era-nos instruído que deveríamos ter cuidado em todos os aspectos para proteger e cuidar das crianças, porém não nos era ensinado como agir e reagir se ocorresse algum tipo de acidente com o aluno. Sabemos que o ambiente escolar é um lugar onde as crianças se sentem mais livres para brincar, se divertir e “aprontar,” sendo assim, é um ambiente onde estão mais propensas a se acidentarem. Com isso, é importante que os professores possuam o conhecimento em atendimento pré-hospitalar para agir de maneira correta.

Para que chegasse ao tema atual desse artigo, além de passar por análises, os estágios supervisionados me mostraram a realidade da necessidade que as instituições educativas têm em obter profissionais que saibam agir no momento de lesão da saúde do educando, bem como prevenirem situações que poderão proporcionar risco.

Nos estágios obrigatórios na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, notei que os docentes não estão realmente preparados para intervir em acidentes como choques, torções, luxações, cortes ou até mesmo em caso de membro fraturado, como também em socorrer crianças com crises alérgicas, de intolerância ou com crise de asma.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 5, ressalta que “O egresso no curso de pedagogia deverá estar apto a [...]”

Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social” (BRASIL,2006, p.01). Isso quer dizer que o profissional educador deverá ter o devido conhecimento em promover o cuidado nas dimensões especificadas acima. Dando ênfase à saúde do educando, para que essa promoção de cuidado seja possível, é preciso que o conhecimento em primeiros socorros torne-se parte integrante do componente curricular do curso, visto que muitas escolas não oferece nenhum tipo de treinamento aos profissionais atuantes.

Para que o docente saiba agir do jeito certo e na hora certa, é necessário que ele conheça as formas de prevenção de acidentes e as atitudes a serem tomadas caso ocorra algum incidente. A partir dessa indagação, eu decidi me aprofundar nos estudos para realçar a importância do conhecimento de atendimento pré-hospitalar no currículo do curso de pedagogia, objetivando uma melhor preparação do docente em caso de prevenção e medidas restaurativas em prol da saúde, fazendo com que os profissionais de educação saibam lidar melhor com a situação.

Nesse sentido, o presente artigo, de caráter bibliográfico, tem como objetivo discutir sobre as práticas curriculares nos cursos de pedagogia, principalmente a partir dos questionamentos em torno das relações de poder que envolvem a seleção de conhecimentos nesses cursos. A partir dessas questões iniciais, lanço minhas apostas para incluir o atendimento pré-hospitalar como componente curricular Nos cursos de pedagogia.

CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORANEIDADE

Contexto histórico da educação e surgimento do curso de pedagogia no Brasil

O educador quase sempre se sujeitou ao tipo de poder, ou seja, sua metodologia era desenvolvida e aplicada de acordo com o que o governo permitia. A pedagogia surgiu no século V, na Grécia antiga, onde os filósofos gregos iniciaram a questionar qual a melhor maneira de transferir os conhecimentos (caracterizava pela filosofia de Platão e Sócrates).

Na idade média, o poder se encontrava nas mãos da igreja e a educação voltava-se para o homem cristão. Era apontado que a fé era mais importante que a razão, sendo a educação aplicada de modo conservadora e reprodutiva, onde seus aprendizes não eram condicionados a pensar, mas a reproduzir as práticas ensinadas.

Na idade moderna, o poder estava centrado na burguesia, onde a educação era o reflexo do poder, sendo assim surgiram ideologias de que as massas não poderiam alcançar a elite. Com a chegada das grandes navegações descobrindo as terras brasileiras, o ensino dos jesuítas objetivava formar um homem cristão.

No período colonial, a educação brasileira não era dada importância, pois o mesmo não possuía nenhum método pedagógico a seguir. Mesmo com a falta de prioridade com a educação, foi criada a Escola Nova de Niterói, onde era objetivado formar docentes que repassassem os conteúdos, utilizando o Método Lancaster. Como o Brasil não possuía tendência, eles utilizaram o método do Inglês Joseph Lancaster. Também chamado de Ensino Mútuo, ele tinha o propósito de ensinar o maior número de alunos em pouco tempo, ignorando os recursos que poderiam ser utilizados para melhor compreensão dos conteúdos e qualidade de ensino, sendo esperado dos alunos disciplina física e mental e não intelectual.

O país seguia as ideias dos europeus e norte-americanos para criar escolas e desenvolver projetos educativos. Da proclamação da República (1889) à sua Redemocratização (1985), a percepção teórica sobre a pedagogia passou por várias mudanças em suas ideias até a que conhecemos atualmente.

A renovação educacional no início da Segunda República estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira. (SANDER, 2007, p.28).

O curso de pedagogia foi criado no Brasil em 1939, porém já existia o curso Escola Normal no Brasil desde 1935, de acordo com Silva (1999):

O curso de Pedagogia foi instituído entre nós por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, através do Decreto-lei nº 1190 de 4 de abril de 1939. Visando a dupla função de formar bacharéis e licenciados para várias áreas inclusive para o setor pedagógico. (SILVA, 1999, p.34).

O curso formava bacharéis e licenciados a partir do esquema 3+1, ou seja, os alunos estudavam três anos para se tornarem bacharéis, tendo disciplinas na área de Matemática, Física, Química, Letras, Artes, Ciências humanas, Sociais e Naturais. Tinha o título de licenciado aqueles que terminassem o bacharelado e cursasse mais um ano de conteúdo de Didática e Prática de Ensino, sendo assim permitida a prática docente. Essa divisão entre bacharel e licenciatura gerou um pensamento de que o bacharel se formava em técnico em educação a licenciatura como professor do 1º e 2º ciclo.

Na época, o pedagogo não tinha funções bem definidas devido ao currículo que visava formar somente profissional e não considerava a existência do campo em que ele poderia atuar, logo, os profissionais não sabiam como atuar no âmbito da educação, pois o próprio currículo não explicitava sobre isso.

Foi a partir de 1961 que o currículo do curso passou a sofrer transformações. Em 1969 o Parecer CFE nº 252 articulava sobre a organização e o funcionamento do curso da Pedagogia, tendo como finalidade de preparar os profissionais da educação e proporcionar a aquisição do título de especialista por meio de complementação de estudos. Segundo Rosa Mendonça Brito (2006):

O mesmo Parecer prescrevia a unidade entre bacharelado e licenciatura, fixando a duração do curso em 4 anos. Como licenciatura, permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados magistério de 2º grau e, sob o argumento de que “quem pode o mais pode o menos” ou de que “quem prepara o professor primário tem

condições de ser também professor primário”, permitia o magistério nos anos iniciais de escolarização. Ressalta-se, ainda, que aos licenciados em Pedagogia também era concedido o registro para lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais, no primeiro ciclo do ensino secundário, anterior a 1972. (BRITO, 2006, p.2).

Com o passar dos anos, o curso de Pedagogia foi juntando experiências de professores na formação inicial e continuada, sendo trabalhados tanto com crianças, quanto com jovens e adultos. Cada época no Brasil resultou em uma metodologia, sendo seguido a partir da tendência pedagógica em vigor. A questão educacional estava ligada à questão política, social e cultural.

Hoje, o currículo da área da pedagogia é diversificado, podendo ser exercido o ensino nas escolas - anos iniciais, ensino fundamental I e EJA-, administração escolar, educação especial, pedagogia empresarial e em pesquisas. O mercado para a atuação do pedagogo é vasto devido à expansão da educação, sendo possíveis oportunidades em ambientes educativos, ONGs, hospitais e empresas.

Podemos perceber através desta rápida retrospectiva o percurso efetivado ao longo de um período da história e a partir disso, compreender as consequências que correspondem às expectativas das instituições e dos educadores. Por isso é importante rever a história, pois é somente analisando o passado que entendemos o como somos e o porquê somos. De acordo com Dermeval Saviani (2008, p.151),

[...] é pela história que nós nos formamos como homens; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo, o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo ser humano. Tendo em vista que a realidade humana de cada indivíduo se constrói na relação com os outros e se desenvolve no tempo, a memória se configura como uma faculdade específica e essencialmente humana e atinge sua máxima expressão quando se manifesta como memória histórica. (SAVIANI, 2008, p.151).

Implicações das políticas curriculares

Atualmente o pedagogo é visto como o mediador dos processos educacionais e não somente como educador escolar, visto que pode atuar em qualquer ambiente onde há interação, formação e capacitação de pessoas. Pode-se afirmar que o papel do pedagogo é adequar as necessidades do corpo discente ao âmbito que o educando está inserido, buscando adaptar metodologias para que o aluno consiga desenvolver seus conhecimentos.

Durante o percurso acadêmico do curso de pedagogia nos deparamos com casos de educação em saúde que trate de prevenção de acidentes, porém não é nos ensinado a como agir diante uma situação de primeiros socorros visto que os próprios professores das universidades não aprofundam os ensinamentos porque não faz parte da grade curricular do curso.

Esse valor superior de verdade de alguns saberes, capaz de fazer com que eles sejam legitimados como conhecimentos em detrimento de outros saberes que não o são, nem sempre é fundamentado nos mesmos critérios. Os critérios podem ser acadêmicos, instrumentais, pragmáticos, científicos, historicamente situados, vinculados à capacidade de libertação humana ou à capacidade de produzir mudanças na estrutura social e econômica. (LOPES; MACEDO, 2011, p.91).

Alice Cassimiro Lopes e Elisabeth Macedo explicitam no livro “Teorias de Currículo” exatamente essa escolha de conhecimentos selecionados e legitimados que podem fazer parte do corpo curricular. Sendo assim, o currículo é compreendido como o resultado final dessa seleção de saberes, sendo ele produto de diálogo entre dominantes e dominados. Diante disso, podemos compreender o motivo da negligência dos conhecimentos acerca de primeiros socorros nos cursos de ensino superior na área da educação.

Ao analisar a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 ao qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, o artigo 5º ressalta as aptidões do pedagogo, entre as quais: “compreender, cuidar e educar as crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social”. Entende-se que temos o dever de prestar os devidos cuidados assistenciais à criança, contemplando assim o direito da criança reconhecido pelo Estatuto da

Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ressaltado em seu artigo 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990)

Conjuntamente também no artigo 7º:

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (BRASIL, 1990)

Sabemos que a criança é o centro do planejamento curricular, sendo assim as novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil - DCNEIs (BRASIL, 2009) consideram função sociopolítica e pedagógica das unidades de educação infantil oferecer condições e recursos para que as crianças possam usufruir seus direitos civis, humanos e sociais - Resolução CNE/CEB nº1 de 15 de maio de 2006, artigo 7º. O mesmo artigo retrata que o curso de licenciatura em pedagogia deverá possuir carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, desse modo distribuídos:

I – 2.800 horas de atividades formativas

II – 300 horas de estágios supervisionados

III – 100 horas de atividades teórico-práticos de aprofundamento em áreas específicas do interesse do aluno, conforme projeto pedagógico da instituição.

No geral, esse mínimo de 3.200 horas não inclui a capacitação em quaisquer aspectos de atendimento pré-hospitalar para futuro educador nos cursos superiores.

A resolução nº5 de 17 de dezembro de 2009, fixada na DCNEIs, lança propostas com o objetivo de:

garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009).

A resolução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) afirma que a educação infantil é ofertada em creches e pré-escolas, concernindo-se à creche o desenvolvimento integral da criança até os três anos de idade e à pré-escola com crianças de quatro a seis anos. Nesses estabelecimentos de ensino, visto que é um ambiente coletivo, essa maior interação pode facilitar a ocorrência de acidentes. Nesse contexto vemos a importância na capacitação das técnicas em atendimento pré-hospitalar para o educador, tanto para prevenir situações de risco como também em uma melhor prestação de socorro.

Podemos perceber a partir das Leis explicitadas acima, que se elas não forem analisadas e trabalhadas minuciosamente em todos os seus aspectos, algum aspecto particular da lei pode ser ignorado, como acontece com o aspecto do cuidado à saúde nos casos emergenciais. É compreendido que muitas escolas estão promovendo a capacitação dos funcionários na prestação de um adequado atendimento em meio à um acidente, porém isso é uma condição facultativa.

Nas universidades não há disciplina que objetive a importância do conhecimento e das ações de atendimentos pré-hospitalares nas instituições educativas, nem mesmo no componente curricular “Educação Infantil”, porém sucede que há disciplinas optativas ou abertas a outros cursos sem ser da área da educação, que envolve o atendimento pré-hospitalar no geral.

Por ser opcional essa capacitação nas escolas e não existir a inclusão desses conteúdos nas universidades, próprios para a área de atendimento pré-hospitalar no ambiente educativo, os professores atuantes em sala seguem seus dias sem conhecer a fundo os riscos e a sistematização de atendimento que engloba o tipo de acidente, aspectos físicos e psicológicos, tanto da criança quanto do socorrista para promover o devido socorro.

NECESSIDADE DE INCLUIR SABERES SOBRE PRIMEIROS SOCORROS NO CURSO DE PEDAGOGIA

É conhecido que a maioria das escolas no Brasil não possui profissional da saúde preparado para atender em situações de emergência. Tendo em vista o despreparo dos profissionais atuantes nas escolas, algumas instituições estão montando programas de aperfeiçoamento dos colaboradores em primeiros socorros para que o indivíduo receba o devido tratamento. O despreparo e a falta de informação dos profissionais podem gerar sequelas ou até mesmo a morte da vítima.

O ideal seria que, no que diz respeito ao primeiro atendimento da criança, houvesse uma análise rápida e intervenção no ambiente. Para isso, pais, funcionários de creches, professores de escolas deveriam ter treinamento em reanimação cardiopulmonar básica e primeiros socorros, além de conhecerem a rotina de encaminhamento aos serviços médicos de atenção básica, pelo sistema de referência e contra referência, e aos de emergência. (CARVALHO, 2008, p.23).

Nas instituições educativas é difícil achar pessoas que sejam capacitadas para a prestação de atendimento pré-hospitalar em face de uma ocorrência de acidente, sendo uma atenção direta a um indivíduo em estado de perigo de vida, tendo a finalidade de manter as funções vitais e evitar a piora de suas condições. Esse tipo de socorro não exige do socorrista decisões médicas, apenas decisões tomadas pelo bom senso e que se enquadrem melhor no momento do acidente da vítima.

Por mais que as informações acerca do atendimento pré-hospitalar ou até mesmo a presença profissional da saúde nas instituições educativas não sejam obrigatórias, percebemos na literatura a importância desse conhecimento por toda a equipe escolar. Os pedagogos saem das universidades aptas a exercerem a profissão escolhida, porém se não forem do interesse dos futuros educadores estudar sobre medidas preventivas e de primeiro atendimento ao ferido, esses profissionais saem sem conhecer os passos básicos para prevenir e remediar acidentes. Sendo assim, é importante o conhecimento e o preparo para que os

profissionais prestem um mínimo de atendimento para garantir e preservar a saúde e a vida dos alunos.

Tendo em vista o aumento do número de crianças com necessidades educacionais especiais inseridas nas escolas, ou mesmo crianças com intolerância a determinados alimentos, alergias, asma, diabetes, acabam favorecendo o aumento de acidentes e cuidado dentro das instituições educativas. De acordo com Sena (et al, 2008), os educadores precisam estar orientados para intervir com primeiros socorros, pois o primeiro atendimento é o que possibilita o salvamento de vidas.

Sendo assim, a capacitação dos profissionais educadores promove a preparação da escola em tomar providências emergenciais de casos simples (engasgamento, sangramento, entorse, contusão) e também as medidas de prevenção de tais acontecimentos.

Wharley e Wong (1999) retratam que a maioria dos ferimentos nas escolas são ocorridos durante as práticas esportivas recreativas (sendo em parques infantis, quadra, campo de futebol ou pátios) e que os ferimentos mais graves podem ocorrer durante a atividade esportiva, sendo ocasionados tanto pela prática de esporte intensa ou pelo despreparo do aluno para a atividade. A estrutura física da instituição deve ser averiguada para promover proteção, sendo observada a segurança dos alunos como tela nas janelas, utilização de estadas contínuas e íngremes, piso antiderrapante, mato no pátio... O ambiente da sala de aula proporciona inúmeras possibilidades de acidentes como o uso de objetos pontiagudos como lápis, tesouras até mesmo cadeira perto da janela.

A escola tem a responsabilidade e o compromisso de responder pelo que acontece ao aluno quando o mesmo estiver na escola. Esses riscos tornam fundamental a importância da capacitação aos cuidados imediatos para a promoção da saúde, honrando os direitos da criança, compromisso aos pais ou responsáveis e dever da instituição.

Crianças sentem a necessidade de explorar o novo, as situações desconhecidas e não pensam sobre as consequências que seus atos podem ocasionar. Isto aliado a outros fatores como incapacidade de prever ou evitar situações perigosas, falta de noção corporal e de espaço, coordenação motora em desenvolvimento entre outros, acarretam a ocorrência de acidentes. Geralmente, os

professores são as primeiras pessoas a prestar socorro, por isso é importante que eles tenham preparo para agir diante um acontecimento, sabendo como evitá-los.

O simples conhecimento de atendimento pré-hospitalar diminui o sofrimento do acidentado, evitando complicações futuras e podendo até salvar vidas. O primeiro socorro não pode ser prestado de qualquer jeito, ele deve ser seguido por algumas regras, pois não pode trazer mais danos ao vitimado e nem risco para o socorrista.

Alguns acidentes podem ser evitados, porém quando ele ocorre, pode vir acompanhado de medo, nervosismo, sofrimento, isso tanto para o acidentado quanto para os espectadores. O auxílio de forma errada pode gerar sérias consequências à vítima. Em uma instituição escolar, o docente deve prevenir quaisquer tipos de acidentes, e caso ocorra algum, ele deve ter preparo mental e físico para realizar a abordagem correta, promovendo a calma, transmitindo tranquilidade, confiança e, não menos importante, utilizar os conhecimentos em primeiros socorros, nunca agindo por intuito, impulso ou improvisado.

O curso da pedagogia tem como objetivo formar diversos profissionais como professores (atuantes na educação infantil, ensino Fundamental I e EJA), gestores, supervisores de ensino e pesquisadores e a sua estrutura curricular não abrange para a o cuidado preventivo e assistencial no caso de acidentes. É importante que os futuros pedagogos conheçam maneiras de prevenir acidentes e quais são os mais comuns no ambiente escolar, sendo discutida a melhor forma de atender à promoção da saúde dos alunos.

De acordo com Dib (1978), a negligência é a questão que mais aparece nos processos de atendimento pré-hospitalar. O termo indica que o socorrista deixou de fazer algo esperado ou que agiu descuidadamente. Na perspectiva legal, o conceito de negligência significa falha nos padrões de assistência, tendo como consequência agravos adicionais. O não cumprimento do atendimento poderá ser interpretado como negligência.

O artigo 135 do Código Penal Brasileiro diz que:

Art.135 - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Sendo assim, o profissional poderá ser acusado de negligente se a vítima do acidente sofrer agravo na sua condição, motivado indiretamente por uma ação errada no atendimento e a dimensão do dano que pode ser de ordem física, emocional ou psicológica.

É fundamental que os estudantes de pedagogia conheçam aspectos não só da área da promoção da educação, mas também o cuidado e o zelo na saúde dos seus alunos, e para isso, esses futuros pedagogos devem ser capacitados em treinamentos que necessitem de atendimento pré-hospitalar e o porquê que esse princípio é tão importante, sendo ele baseado nas leis expostas.

PRIMEIROS SOCORROS COMO COMPONENTE CURRICULAR NOS CURSOS DE PEDAGOGIA

Para que haja inclusão do conhecimento de atendimento pré-hospitalar é necessário um compromisso efetivo no aperfeiçoamento das ações de educação, saúde e assistência social de forma interligada, além dos gestores das universidades tornarem fundamental o cumprimento de todos os aspectos nos documentos legais dos respectivos setores.

Nesse sentido, a inserção do componente de Atendimento Pré-Hospitalar no curso de pedagogia tem com objetivo promover ações educativas para os estudantes do curso, com o intuito de discutir potenciais de riscos que ocorrem frequentemente no dia a dia escolar, estimulando a autonomia e consciência dos profissionais perante a necessidade.

Na presente disciplina, além dos alunos da pedagogia aprender sobre o atendimento pré-hospitalar, os mesmos seriam instruídos a montar um estojo de primeiros socorros, conhecendo como utilizar os materiais de acordo com a necessidade do acidentado, visto que todas as escolas devem oferecer cuidados paliativos à criança assistida de algum trauma.

Baseada na fundamentação e nas explicitações do artigo lanço a proposta de um componente curricular sobre o atendimento pré-hospitalar no ambiente educativo, ou seja, um atendimento voltado para os incidentes mais comuns que ocorrem durante a permanência dos alunos na escola, assim como o a importância de uma caixa de primeiros socorros, tipo de manuseio e escolha dos materiais.

Curso: Pedagogia

Componente Curricular: Atendimento Pré-Hospitalar

Carga Horária: 30 horas/aula

PROGRAMA

EMENTA	Primeiros Socorros. Acidentes. Emergências. Transporte de Acidentados.
JUSTIFICATIVA	<p>Os acidentes e suas consequências (traumatismos, ferimentos, lesões) são a maior causa de morte, de incapacidade permanente, de internamentos e idas a urgências. O sofrimento que este problema causa nas vítimas e nas suas famílias e, portanto, em toda a sociedade, justifica que seja considerado como o maior problema de saúde pública e um dos maiores problemas nacionais.</p> <p>As emergências surgem quando menos se espera, por isso, é essencial saber exatamente o que se deve fazer nestas ocasiões.</p>
OBJETIVOS	<p>Levar ao aluno noções básicas de primeiros socorros;</p> <p>Capacitar os alunos a realizarem procedimentos básicos do primeiro atendimento a uma criança;</p> <p>Informar sobre as medidas a serem tomadas, bem como o que não deve ser realizado, evitando-se assim o agravo da vítima;</p> <p>Atuar com eficiência nas situações de urgência/emergência definidas no conteúdo programático;</p> <p>Formar agentes multiplicadores.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<p>UNIDADE I:</p> <ul style="list-style-type: none">- Primeiros Socorros: Caracterização, funções, aspectos fundamentais.- Prevenindo acidentes na estrutura da escola- Acidentes: Características e tipologia- Emergências: Gravidade da lesão e condição da vítima.- Cuidados gerais preliminares.

UNIDADE II:

- Ferimentos: Superficiais e profundos
- Fraturas e Luxações.
- Transportes de acidentados
- Queimaduras

UNIDADE III:

- Hemorragias.
- Corpos estranhos.
- Picadas de insetos e cobras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBD Lei nº 9394/96.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 1/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia licenciatura. Maio de 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

SANDER, B. Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007a.

BRITO, Rosa Mendonça. Breve histórico do curso de pedagogia no Brasil. Dialógica vol.1. n.1. 2006. Disponível em: http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no1/1breve_historico_curso_pedagogia.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

CARVALHO, F. F. Acidentes Infantis: Relatos de Diretores e Professores do Ensino Fundamental e Análise do Material Didático. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.codigopenal.adv.br/#a135>. Acesso: 08 dez. 2010.

SILVA, Carmem Silva Bissalli da. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. Campinas, SP: Autores associados, 1999.

DIB, C. Z. Primeiros socorros – um texto programado. 1. ed. São Paulo: EPU, 1978. 215 p.

LOPES, Alice Cassimiro. MACÊDO, Elisabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. 2008. EccoS Revista Científica, julho, 147-167. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

SENA, S. P. et al. A percepção dos acidentes escolares por educadores do ensino fundamental. Belo Horizonte. Disponível em: Acesso em: 17 jan 2013.

WHARLEY, L. F.; WONG, D. L. Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 1130 p.